

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RECOMENDAÇÃO Nº 1/2019-PGJ, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso VII, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993;

CONSIDERANDO que o artigo 122 da Lei Estadual n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 estatuiu “o adicional de produtividade fiscal, devido aos ocupantes de cargos de carreira cuja atribuição principal seja fiscalização da arrecadação de tributos estaduais, destina-se a estimular os funcionários no exercício dessa atividade, na forma estabelecida em regulamento”.

CONSIDERANDO que o artigo 1º da Lei 2.597, de 26 de dezembro de 2002, regulamentou a previsão contida na Lei 1.102/90, prevendo que o adicional de produtividade fiscal visa o estímulo ao exercício das atividades aos ocupantes dos cargos do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) e que seus integrantes, não se encontrando “no efetivo exercício das atribuições inerentes ao respectivo cargo”, somente farão jus ao adicional de produtividade fiscal” nas hipóteses elencadas na respectiva lei;

CONSIDERANDO que foi estendido aos aposentados e pensionistas, via regulamento, o Adicional de Produtividade Fiscal, conforme recebido pelos servidores da ativa da categoria a que pertencem, em montante resultante da aplicação de matriz de cálculo definida por ato do Secretário de Estado de Fazenda, no percentual de cem por cento, nos termos do artigo 21, “caput” e parágrafo único do Decreto 12.593, de 29 de julho de 2008, com redação dada pelo Decreto 13.823, de 2 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO que a Lei 3.150, de 22 de dezembro de 2005, que instituiu o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul MSPREV estabeleceu que “as vantagens pagas aos segurados em valores variáveis, sobre as quais houver contribuição para a previdência social, integrarão a base de cálculo do provento ou da pensão pela média, nos termos da lei” (art. 19, parágrafo único);

CONSIDERANDO que o Decreto 12.593/2008 ampliou o alcance da Lei 1.102/90 ao estender o adicional de produtividade fiscal aos pensionistas e aposentados, estabelecendo ainda percentual de cem por cento, mesmo tendo a Lei 3.150/2005 determinado o cálculo pela média, desde que houvesse a devida contribuição previdenciária;

CONSIDERANDO, ainda, a impossibilidade de inovação da ordem jurídica via edição de decretos regulamentadores;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, sendo que para tanto é seu dever constitucional o combate às leis e aos atos normativos inconstitucionais;

CONSIDERANDO a possibilidade do autocontrole da constitucionalidade pelo próprio Poder legiferante, na sua condição de canal legítimo para a adequação do sistema infraconstitucional aos ditames constitucionais;

CONSIDERANDO, por fim, que a recomendação é um hábil instrumento de atuação do Ministério Público, visando à solução administrativa, de modo a evitar a judicialização da questão;

RECOMENDA:

Ao Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no artigo 29, IV da Lei Complementar n. 072/94, a **revogação do artigo 21, “caput” e parágrafo único do Decreto 12.593, de 29 de julho de 2008, com redação dada pelo Decreto 13.823, de 2 de dezembro de 2013**, visando suspensão imediata do pagamento do Adicional de Produtividade Fiscal aos aposentados e pensionistas.

Fixa-se o prazo de 30 dias, a contar da data de sua notificação pessoal, para que seja cumprida a presente recomendação. Após o vencimento do prazo acima fixado, deverão ser prestadas informações por escrito sobre o cumprimento ou não da presente recomendação.

Campo Grande, 02 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3265/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso, Aroldo José de Lima, na qualidade de titular, e a Promotora de Justiça de Três Lagoas e Coordenadora do Núcleo da Cidadania, Ana Cristina Carneiro Dias, na qualidade de suplente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao Grupo Nacional de Defesa do Consumidor, GNDC, no âmbito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, CNPG.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3258/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Edival Goulart Quirino	31.8 e 1º.9.2019	18 e 29.11.2019
Matheus Carim Bucker	7.7.2018	6.9.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3267/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 17.2 e 2.3.2019, a serem usufruídos nos dias 5 e 6.9.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3274/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – Moreninhas – da referida Comarca, nos períodos de 16 a 20.9.2019 e 30.9 a 4.10.2019, em razão de férias, e no período de 23 a 27.9.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja; e tornar sem efeito a Portaria nº 3085/2019-PGJ, de 27.8.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3309/2019-PGJ, DE 9.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar os membros e servidores do Ministério Público Estadual abaixo relacionados a se ausentarem de suas comarcas, para participarem do Curso “Entendendo o SUS: o Ministério Público no fortalecimento e efetivação do direito à saúde”, a realizar-se no dia 13.9.2019, das 9h às 12h e das 14h às 16h30min, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

• Membros:

1. Alexandre Magno Benites de Lacerda
2. Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
3. Anthony Allison Brandão Santos
4. Bianka Machado Arruda Mendes
5. Fabrícia Barbosa Lima
6. Fernanda Proença de Azambuja
7. George Zarour Cezar
8. Jiskia Sandri Trentin
9. João Meneghini Girelli
10. Jorge Ferreira Neto Júnior
11. Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
12. Lia Paim Lima
13. Lindomar Tiago Rodrigues
14. Mariana Sleiman Gomes
15. Maurício Mecelis Cabral
16. Paulo Henrique Mendonça de Freitas
17. Paulo Leonardo de Faria
18. Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
19. Thiago Barbosa da Silva

• Servidores:

1. Alecy Dias da Silva
2. Leonardo Bertaglia Agostinho
3. Luciana Zucarelli Rezende
4. Marcelo Roque Daltro Tosta
5. Nathalia Santa Catharina Poester
6. Otávio Jamal Urt
7. Patricia Alves Coutinho Lacerda
8. Raíssa Bernardino Campos
9. Roger Medeiros Batista
10. Rogério Cintra Pereira Neves
11. Ruth Dayana da Rosa Vera
12. Sydnei Ferreira Ribeiro Junior
13. Tatianna Castro Rocha
14. Waldeuir Cavalini

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3275/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial da referida Comarca, Justiça Itinerante, no período de 30.9 a 4.10.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3268/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/2966/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3236/2019-PGJ, DE 4.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristiane Conceição Rocha, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21 a 23.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3237/2019-PGJ, DE 4.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristiane Conceição Rocha, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27 a 29.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3248/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E:

Autorizar a servidora Sílvia Maria Olívia Ghinozzi, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã, a exercer remotamente suas atribuições, nas dependências do Gabinete do Núcleo do Patrimônio Público, na Unidade Ricardo Brandão do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, a partir de 4.9.2019, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º; 4º, *caput*; 9º, § 5º, IV; 10 e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 031/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3290/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3254/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Everaldo Almeida dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9.8 a 7.9.2019, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3255/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rony Pedroso Vasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 21.8.2019, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3256/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Alana Teixeira Mazaro, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, nos dias 5 e 6.9.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral; no período de 9 a 18.9.2019, em razão de férias; e no dia 19.9.2019, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da servidora Tayse Bielecki Yamanaka.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3257/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 65ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 30.9.2019, em razão de compensação referente a banco de horas; e no período de 1º a 10.10.2019, em razão de férias do servidor Fernando da Costa Rocha.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3261/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3218/2019-PGJ, de 3.9.2019, que concedeu o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço à servidora Stella Trota Forte, de forma que, onde consta “referente ao 1º (primeiro) quinquênio”, passe a constar “referente ao 4º (quarto) quinquênio”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3266/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marta Josefa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24.8 a 2.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3270/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 2.9.2019, em razão de licença para tratamento de saúde da titular, Wanessa Barbosa Santana.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3272/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 30ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 5.9.2019, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 3273/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 5.9.2019, a Portaria nº 2835/2018-PGJ, de 17.8.2018, que designou a servidora Juliana Patrão Laurentino, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, realizar diligências na comarca de Bataguassu.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ADENDO À PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DOMPMS N° 2.042, EM 3.9.2019.

Incluir os seguintes procedimentos no item 7. Processos:

7.5. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2017.00000278-6

Requerente: Corregedor-Geral do Ministério Público.

Assunto: Proposta de atualização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Comissão de Regimentos e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

7.6. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2019.00001880-9

Requerente: Ouvidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução n.º 001/2015-CPJ.

Comissão de Regimentos e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:**

- **Ofício nº 014/2019/CPJ-Criminais**, de 3.9.2019, a Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º, da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 004/2019, referente à reunião da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais**, realizada em 7 de agosto de 2019.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004674-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004009-1.

2. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001878-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000252-4.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002118-3.

4. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000298-3.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002845-4.

6. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000985-4.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002181-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002511-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002707-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002438-4.

8. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004476-5.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000854-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003861-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001357-0.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004249-3.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000874-4.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 3.9.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001730-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002205-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002212-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001222-2.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001723-9.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002433-0.

6.3.3. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002469-5.

6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000131-4.

6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000571-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000217-9.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002347-4.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000749-0.

6.3.6. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001812-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001597-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002208-6.

3. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001922-6.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002056-2.

5. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000695-7.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000105-4.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002144-3.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000779-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000594-0.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001781-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002460-7.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000674-6.

6.3.7. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000618-0.

6.3.8. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001782-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002453-0.

3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002138-7.

4. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000808-8.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002706-3**

Assunto: Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Adriano Barrozo da Silva, Anthony Állison Brandão Santos, Fábio Adalberto Cardoso de Moraes, Felipe Almeida Marques, Gilberto Carlos Altheman Júnior, Juliana Pellegrino Vieira, Mateus Sleiman Castriani Quirino, Michel Maesano Mancuelho e Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000685-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cooperativa Agroindustrial Copagril

Assunto: Apurar suposta poluição ambiental produzida pela Cooperativa Agroindustrial Copagril no processamento de grãos de milho.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002901-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clodoaldo França - ME

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000360-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fábrica de Banquetas e Comércio Ferreira EIRELI

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000677-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Chácara Amarabel

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Chácara Amarabel”, situada no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

5. Inquérito Civil nº 06.2015.00000036-9 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Chapadão do Sul

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000107-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Colher informações sobre a falta de maquinários da Prefeitura Municipal de Bonito para trabalhos de conservação do solo e de estradas, que estão prejudicando o meio-ambiente da região e o transporte escolar.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001882-7 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001347-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Roncador

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Roncador, em Bela Vista/MS, de propriedade do senhor Luiz Eduardo Cedroni Simões, em razão da supressão vegetal de 16,68 hectares de vegetação nativa.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 3.9.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000698-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Anaurilândia

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade na utilização de bem público em benefício de entidades religiosas.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002767-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual fraude na realização do Concurso Público para Provedor de Cargos da Câmara Municipal de Angélica/MS

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000345-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Central de Tratamento de Resíduos - CTR Buriti S/A.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das atividades exercidas pela empresa CTR Buriti S/A.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000408-1

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coronel Sapucaia

Requerentes: Ministério Público Estadual e CRF/MS – Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Farmácia Avenida e Luiz Carlos Arantes

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Farmácia Avenida”, situado na Avenida Abílio Espíndola Sobrinho n.º 22, Centro, em Coronel Sapucaia/MS, de propriedade de Luiz Carlos Arantes.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel dos Santos Viais

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por Manoel dos Santos Viais em virtude de possível direcionamento de licitação à empresa Veranilce da Silva - ME, por ter apoiado a campanha do requerido à Prefeitura de Caracol em 2016.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001777-2 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000922-8

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: William Lencina Lima e Prime Lounge Bar

Assunto: Apurar as condições sanitárias e a observância à legislação urbanística do estabelecimento comercial denominado "BAR PRIME".

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002675-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar estruturação material e humana, bem como a adequação e eficiência na execução dos serviços socioassistenciais de proteção básica prestados especialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

b. Processos:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002531-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alfredo Gonçalves Dias - ME

assunto: Apurar informações que aduzem a prática de infração ambiental perpetrada pela empresa Alfredo Gonçalves Dias - ME, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000227-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Donato Lopes da Silva, Modesto Aquino Filho e Nathaly Cabelo Miras Queiroz

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em superfaturamento, fraude e direcionamento de procedimento licitatório.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000532-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lava Jato - Rua Egídio Thomé, na cidade de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de empreendimento potencialmente poluidor encontrar-se em funcionamento sem autorização ou Licença ambiental do órgão competente.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Recurso Administrativo em Notícia de Fato nº 01.2018.00009905-4**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande MS

Recorrente: Renata Bossoi Moreira Costa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002562-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul.

Assunto: Apurar suposta ilegalidade consistente na utilização irregular, por parte do Poder Executivo do Município de Chapadão do Sul/MS, de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, com o fim de ordenar despesas referentes a internações psiquiátricas.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002737-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Adriana Omine Fernandes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000625-6**

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no cumprimento da Lei Municipal nº 7.502/13, que dispõe sobre o serviço de fisioterapia domiciliar no âmbito do Município de Campo Grande.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000617-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais problemas estruturais na Escola Municipal Rural Benedita Figueiró, em razão da falta de manutenção.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000843-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar os fatos contidos no Ofício 042/2016 CONCIDADE/NAVIRAÍ, relativo a fiscalização pelo Município em relação ao cumprimento das exigências do Código de Obras e de Postura Inquérito Civil 18/2016.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002633-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados, Secretaria Municipal de Saúde Assunto: Apurar eventual omissão da Secretaria Municipal de Saúde e Município de Dourados em elaborar e fazer cumprir, via ato regulamentar, um protocolo para

disponibilização de profissionais médicos e profissionais de enfermagem para realizar acompanhamento de transferências intra e interhospitalares, inclusive a níveis intermunicipal e interestadual, de pacientes em internação hospitalar perante o Sistema Único de Saúde.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001584-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Rancho Amigos do Peito

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Amigos do Peito de propriedade da Associação Rancho Amigos do Peito, às margens do Rio Apa.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001630-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eltecelino Rubert Stefanello e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Barreiro Preto de propriedade de Eltecelino Rubert Stefanello e outra, às margens do Rio Apa.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000242-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa por servidores do Departamento de Saúde.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001644-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda Redomão, Aramis Galeano Brandão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Redomão de propriedade de Aramis Galeano Brandão e outra, às margens do Rio Apa.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000747-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Restaurante Nazca

Assunto: Apurar a instalação e a operação do empreendimento NAZCA, sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes com apresentação de música ao vivo.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aquidauana

Requerentes: Wezer Alves Rodrigues e Luzia Eliete Flores Louveira da Cunha

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar falta de merenda, bens essenciais e serviços de manutenção das instituições de ensino do Município.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000700-0 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000937-9 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000889-5 – SIGILOS

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002128-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

Assunto: Verificar a aplicação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Anaurilândia em eventual acordo formulado com a CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000280-6

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar falta de prestação de contas da Associação Fundação C.A.S.A., referente ao recebimento de verba pública decorrente de emenda parlamentar, bem como utilização diversa daquela prevista no Projeto de Execução.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002823-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Rede de esgoto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002816-9

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Água Clara

Assunto: Fiscalizar a criação e implantação do Procon Municipal em Água Clara/MS e do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002160-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Francy Laura de Moraes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Educação de Ladário/MS, no setor de Recursos Humanos e na Câmara Municipal, quanto a desvios de função e favorecimento de servidores municipais que, mesmo sem cumprir a sua carga horária de trabalho ou afastados de suas funções, continuam a receber remunerações.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000935-4

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Restaurante Senac

Assunto: Apurar a execução de som ambiente, pelo empreendimento Restaurante SENAC, sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001445-3 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001275-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na utilização indevida de veículo oficial da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, não cumprimento do expediente e exercício de atividade de advocacia privada em instalações públicas por parte de Procurador do Município.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000467-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual direcionamento na contratação da empresa Jailson Coutinho ME e consequente superfaturamento em tal contratação.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001639-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Armazém de Cereais Carol

Assunto: Apurar possível poluição ambiental causada pela CAROL ARMAZÉNS GERAIS LTDA, em Bandeirantes.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000176-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ato de improbidade administrativa supostamente havida no procedimento licitatório carta convite n 01/2017 da Prefeitura Municipal de Naviraí.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000820-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias de eventual desatendimento da Secretária Municipal de Finanças à convocação da Câmara Municipal para comparecimento em sessão realizada naquela Casa de Leis.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001100-4

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa

Assunto: Apurar se as inconformidades apontadas no Relatório de Visita Técnica SISAUD/SUS n. 670 foram devidamente sanadas pela Associação Beneficente de Campo Grande – MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001487-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade do procedimento licitatório Tomada de Preço nº 1/2017.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001583-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Campestre, João Aires Martins Brunel

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Campestre, localizado às margens do Rio Apa.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003490-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de danos ao erário público, a partir do pagamento por serviços supostamente não prestados, através do contrato administrativo nº 21/2017 da Câmara Municipal de Vereadores de Naviraí/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001614-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Liberdade, Maurílio de Souza Barbosa

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Liberdade, localizado às margens do Rio Apa.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003043-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman – Prefeito Municipal de Aquidauana/MS

Assunto: Apurar as circunstâncias que levaram o Poder Público Municipal de Aquidauana a contratar a empresa O. R. Garcia Engenharia ME, para a realização do percurso e definição do trajeto do transporte escolar coletivo urbano.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003292-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato ímprobo no contexto da fiscalização e cobrança de ITR no município de Batayporã.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000051-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Porto Bonito

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da construção/manutenção de dois ranchos de pesca em Área de Preservação Permanente do Rio Paraná.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000053-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Patrícia Firmino Siqueira Martins

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em descumprimento de carga horária, no Hospital Municipal Cristo Rei, no Município de Deodápolis/MS, por parte de servidora pública municipal.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003635-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de desvio e apropriação de cascalho da municipalidade para propriedade particular.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000084-8

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Assunto: Apurar falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Igreja Adventista do Sétimo Dia, nesta capital.

AVISO Nº 34/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000746-3 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar notícias referentes ao aumento alarmante do número de causas de leishmaniose canina no município de Coxim e que há casos confirmados da doença em humanos. (IC nº 20/2012, migrado para o SAJMP).

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001906-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a supressão vegetal e destruição de área de preservação permanente na Fazenda Alegria de propriedade de Augusto Carlos Fernandes Alves, localizada no município de Alcinópolis/MS. (IC nº 9/2016, migrado para o SAJMP).

3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002493-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual existência de loteamento irregular promovido na propriedade denominada “Chácara Margarida”, localizado no bairro Monte Alto, neste município de Nioaque/MS. (IC nº 03/2015, migrado para o SAJMP).

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001728-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS. (IC nº 18/2015, migrado para o SAJMP).

2) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000414-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sérgio Salvadori Júnior - Assunto: Apurar irregularidade no armazenamento de agrotóxico na fazenda Lagoa Azul, conforme auto de infração nº 9218704-E do IBAMA. **Advogada: Cristiani Rodrigues, OAB/MS nº 10.169.**

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002718-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Gildo de Souza - Assunto: Apurar o desmatamento de 12 ha, sem autorização ambiental, ocorrido no sítio Recanto da Piraputanga, situado em Alcinópolis/MS, de propriedade de Antonio Gildo de Souza, conforme auto de Infração nº 20435 do IMASUL.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002983-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José da Cruz - Assunto: Apurar eventual desmatamento, sem autorização ambiental, ocorrido na fazenda Boa Vista, de propriedade de José da Cruz.

3) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000806-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sonora/MS - Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente da realização de procedimento licitatório e contratação de serviços para reforma do prédio da Câmara Municipal de Sonora.

4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001243-3** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul - Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL - Assunto: Analisar e apurar eventuais irregularidades na Rede de Monitoramento das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja gestão é de responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). (IC nº 15/2015, migrado para o SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000434-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Dispensa de Licitação nº (005/2011) - Processo Administrativo nº 45/2011.

2) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000383-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerentes: 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental de Bela Vista e o Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São Pedro - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 45,66 hectares de floresta nativa na propriedade denominada fazenda São Pedro. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**

3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002422-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes do lançamento irregular de lixo em área verde do município de Angélica/MS. (IC nº 01/2017, migrado para o SAJMP).

4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000598-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao cumprimento da Lei Municipal nº 1.103/2013, que concede auxílio-transporte para tratamento fora do domicílio a paciente atendido pelo SUS. (IC nº 051/2014, migrado para o SAJMP).

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000894-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Alcinópolis - Assunto: Apurar o

descumprimento da regra prevista no art. 100 da Lei Orgânica de Alcínópolis. **Advogado: Cleidomar Furtado de Lima, OAB/MS nº 8.219.**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001841-6 - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Santa Casa de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade da elaboração das escalas de plantões médicos de sobreaviso do Hospital Santa Casa de Campo Grande. (IC nº 79/2015, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000990-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerentes Ministério Público Estadual - Requerido: Honor Affonso de Almeida Filho - Assunto: Apurar a regularidade e buscar a adoção de providências em razão da supressão de 13,55 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do bioma de Mata Atlântica, ocorrida no interior do imóvel rural “Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I”, pertencente a Honor Affonso de Almeida Filho, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente. **Advogado: Francisco Olivato Junior, OAB/SP nº 275.146.**

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000848-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Zenilda Ramos Vilas Boas - Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa descritos no art. 10, caput, e 11, caput, ambos da Lei de Improbidade Administrativa, consistentes no uso ilegal de atestado médico pela servidora público do município de Deodápolis/MS, Zenilda Ramos Vilas Boas, no período compreendido entre os dias 18/1/2019 a 22/1/2019.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002470-7 - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de eventual violação de direitos constitucionais da criança, e a prática de omissão estatal em desfavor de infantes. (IC nº 12/2014, migrado para o SAJMP).

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000586-8 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado. **Advogado: Márcio Duarte Leite Prigenzi, OAB/SP nº 105.972.**

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000679-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Donato Lopes da Silva - Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública em razão de dispensa, em tese, ilegal de licitação, na contratação realizada pelo município de Rio Brillante/MS com a empresa DMP Pneus e Acessórios Ltda. para compra de pneus, câmaras e protetores.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000439-9 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Flávio Bertani Brustolin e Leticia Feitosa de Melo - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a suposta omissão do município de Campo Grande no exercício adequado do poder de polícia administrativo com relação a empreendimentos que exploram alguma atividade econômica, mais precisamente na ausência de aplicação das medidas administrativas de interdição/suspensão/embargo da atividade de empreendimentos que funcionam sem licença ambiental, uma vez que há inúmeros casos comprovados nesta Promotoria de Justiça que mostram que o órgão ambiental competente limita-se apenas a notificar o empreendedor ou apenas aplicar uma multa pela infração, bem como verificar (eventual) conflito entre o posicionamento do órgão municipal ambiental, que considera a atividade de lava-jato potencialmente poluidora, com a normativa do Manual de Licenciamento Ambiental do Estado, que dispensa de licenciamento ambiental a construção, reforma ou ampliação de lava-jatos, porém não esclarece sobre a operação da atividade.

7 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000163-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Caracol/MS - Assunto: Apurar irregularidade no preenchimento das vagas destinadas ao Concurso Público de 2014 da Prefeitura de Caracol - MS, ante denúncia de que o ente estaria utilizando funcionários em desvio de função para tanto, conforme denúncia da Ouvidoria nº 11.2015.00000137-8. (IC nº 42/2015, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000594-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município Anaurilândia - Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa realizada pelo poder executivo municipal de Anaurilândia em razão do pagamento administrativo de débito judicial em acordo não homologado em juízo decorrente dos autos nº 0800402-55.2012.8.12.0022. **Advogado: Luiz Carlos Galindo Júnior, OAB/MS nº 7.536.**

8 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002911-3 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. (IC nº 39/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000570-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerentes: Kléber Jacob e Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Camapuã - Assunto: Verificar a existência de um plano emergencial para delimitação de áreas de alto e muito alto risco a enchentes, inundações e movimentos de massa no município de Camapuã.

Campo Grande, 6 de setembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2019 - UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3129/2019).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

- Abertura das propostas: dia 23 de setembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 10 de setembro de 2019 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 6/9/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 9 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019 – UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019-SRP (Processo nº PGJ/10/2595/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Abertura das propostas: dia 24 de setembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 10 de setembro de 2019 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização da ARP, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 06/09/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.
- Fiscalização da ARP: Secretaria de Administração/PG e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 9 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/PGJ/2019 – UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019-SRP (Processo nº PGJ/10/2705/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

- Abertura das propostas: dia 27 de setembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 10 de setembro de 2019 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 6/9/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Carla Maria Bagordakis.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 9 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004501 DE 05.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3468/2019**

Credor: CASA 10 COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 160/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 142/PGJ/2018 – SAD/MS.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 6.808,00 (seis mil, oitocentos e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004501 de 05.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004502 DE 05.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3468/2019

Credor: D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 160/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 142/PGJ/2018 – SAD/MS.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 433,60 (quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004502 de 05.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004506 DE 05.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3494/2019

Credor: REZENDE & DINIZ NETO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004506 de 05.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CAARAPÓ****EDITAL 0013/2019/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001324-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Juti.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento de diárias aos agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Juti.

Caarapó/MS, 06 de setembro de 2019.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

CAMAPUÃ**EDITAL N. 006/2019/1ºPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001214-8, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001214-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Figueirão-MS e a Empresa H2L Soluções

Nível de Sigilo: Restrito

Assunto: “Apurar eventual violação aos princípios da competitividade e da isonomia em licitação ocorrida no município de Figueirão-MS”.

Camapuã - MS, 06 de setembro de 2019.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES

Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0013/2019/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00001323-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00001323-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara de Vereadores de Mundo Novo/MS.

Assunto: Apurar denúncia recebida via ouvidoria do Ministério Público (manifestação n. 11.2019.00001627-6), referente à ilegalidades na Câmara de Vereadores de Mundo Novo..

Mundo Novo/MS, 09 de setembro de 2019.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça em Subst. Legal

NOVA ANDRADINA

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

A 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do IC nº 06.2018.00000516-5 que está à disposição de quem interessar na rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS.

COMPROMITENTE: O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

COMPROMISSÁRIO: Amauri Sérgio Sanches.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O compromissário abstém-se de realizar ou permitir que se realize qualquer interferência na área de preservação permanente do local em que houve o dano, salvo devidamente autorizada pelos órgãos ambientais. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O compromissário providenciará, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o cercamento integral da área de preservação permanente existente na propriedade, por meio de cerca, a fim de impedir o acesso de animais domésticos de grande porte ou a interferência humana, incluindo a passagem existente no local, haja vista a existência de via localizada fora da área de preservação permanente. PARÁGRAFO SEGUNDO: O compromissário deverá zelar pela manutenção das cercas e adotar as medidas cabíveis assim que verificado o uso inadequado do local. PARÁGRAFO TERCEIRO: O compromissário, no mesmo prazo do parágrafo primeiro, providenciará a instalação de placas de advertência dentro da área de preservação permanente existente na propriedade, em uma distância máxima de 50 (cinquenta) metros uma da outra e nos vértices da área, conforme modelo a ser disponibilizado por esta Promotoria de Justiça. PARÁGRAFO QUARTO: A comprovação do cercamento das áreas de uso restrito e de preservação permanente será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva ART (Recomendação nº 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste instrumento, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: O compromissário apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias, constados da assinatura do presente acordo, PRADA da área de preservação permanente em questão, inclusive da passagem de veículos até então existente, e este passará a ser parte integrante deste TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independentemente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor de entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público. PARÁGRAFO PRIMEIRO. A aplicação das penalidades

previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável, incidindo-se por dia de atraso, neste caso, multa cominatória diária de 10 (dez) UFERMS até o cumprimento da obrigação assumida. PARÁGRAFO SEGUNDO. O não pagamento da multa sancionatória prevista na cláusula anterior, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

Nova Andradina, 4 de setembro de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0036/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001160-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Geraldo Mateus Campos Reis

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir/danificar floresta considerada de preservação permanente provocado na propriedade rural denominada Fazenda Imbirussu.

Ribas do Rio Pardo, 09 de setembro de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0037/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001306-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais ilegalidades ocorridas nos processos licitatórios: Pregão Presencial 003/2019 (processo administrativo nº. 008/2019) e Pregão Presencial nº. 001/2019 (processo 002/2019).

Ribas do Rio Pardo, 09 de setembro de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça